

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH: EXPERIENCES OF FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF GUARAPUAVA-PR

Marcia Aparecida Zampier¹

Bárbara Luisa Fermino²

Katielli Carina Almeida Marcon³

Eduardo José Ramalho Stroparo⁴

Gustavo Zambenedetti⁵

Cristina Ide Fujinaga⁶

Resumo: A criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento com proteção do meio ambiente e governança plural torna-se extremamente necessária para o progresso local de forma sustentável, e encontra-se ligada à Agricultura familiar e com o ODS 8 -Trabalho decente e crescimento econômico, tema deste estudo que teve como pergunta de pesquisa: Como as ações desenvolvidas por entidade pública representativa do município de Guarapuava, em prol das Feiras, se relacionam com a Agricultura Familiar, o trabalho decente e o desenvolvimento econômico? Para respondê-lo, o presente artigo teve como objetivo identificar as Feiras do Município de Guarapuava, interior do Paraná, e sua relação com a Agricultura Familiar e o ODS 8. A análise se concentrou nas experiências, atitudes e opiniões sob a ótica de atores envolvidos no tocante à agricultura familiar e ao ODS 8, por meio de um estudo com caráter qualitativo e descritivo, com uso de estratégia de análise de documentos e realização de uma entrevista com representante do poder público municipal. Como resultados, este estudo identificou 14 projetos que favorecem o desenvolvimento local, os quais contemplam a agricultura familiar de forma ativa, cedendo lócus de comercialização, assistência técnica e capacitações que ampliam o desenvolvimento comunitário de forma sustentável, revertendo o

¹ Aluna de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da UNICENTRO – 2021. E-mail: marciazampier@gmail.com

² Aluna de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da UNICENTRO – 2021. E-mail: ferminolbarbara@gmail.com

³ Aluna de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da UNICENTRO – 2021. E-mail: katiellicarina@gmail.com

⁴ Aluno de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da UNICENTRO – 2021. E-mail: eduardo.rs.pa@gmail.com

⁵ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) / Campus Irati-PR. E-mail: gugazam@yahoo.com.br

⁶ Professora Associada C do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) / Campus Irati-PR. E-mail: cifujinaga@gmail.com

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-20, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I CISET.

desenvolvimento econômico destas famílias em progresso para o próprio município. A divulgação de experiências exitosas para promoção da Agenda 2030 contribui para um desenvolvimento sustentável, visto que estas práticas poderão servir de exemplo a outros municípios que enfrentam desafios semelhantes da manutenção da agricultura familiar no campo. A geração de renda através do trabalho decente, o incentivo ao desenvolvimento econômico no campo impacta em mais de um objetivo sustentável, desta maneira, a discussão e exposição desta temática é de suma importância para incentivar ações aplicáveis que realmente contribuam para o cumprimento da Agenda 2030.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultura Familiar. Trabalho Decente. Agenda 2030.

Abstract: The implementation of comprehensive public policies that harmonize sustainable development, environmental preservation, and inclusive governance is of paramount importance for fostering local progress. This study investigates the interplay between family farming, decent work, and economic development as outlined in SDG 8 - Decent Work and Economic Growth. Specifically, it explores the initiatives undertaken by a municipal entity representing Guarapuava in support of fairs and their connection to family farming, decent work, and economic development. Employing a qualitative and descriptive approach, this research identifies the fairs organized in Guarapuava, Paraná, and examines their relationship with family agriculture and SDG 8. Through document analysis and an interview with a municipal government representative, 14 projects are discovered that actively promote local development by supporting family farming. These projects provide a nurturing environment, technical assistance, and training, facilitating sustainable community growth and enhancing the economic well-being of these families. The dissemination of successful experiences to advance the 2030 Agenda contributes significantly to sustainable development, serving as an exemplar for other municipalities grappling with similar challenges in sustaining family farming. By fostering income generation through decent work and stimulating economic development in rural areas, these initiatives positively impact multiple sustainable objectives. Therefore, emphasizing and promoting such discussions is paramount to encourage effective actions that align with the fulfillment of the 2030 Agenda.

Keywords: Sustainability. Family farming. Decent Work. Agenda 2030.

1 INTRODUÇÃO

Viante *et al.* (2021) comentam que as cidades concentram grande parte da população, riqueza e atividades produtivas a nível mundial e, por isso, são responsáveis pelos problemas ambientais e sociais, tornando-se notável a distância entre o desenvolvimento sustentável e as cidades. Segundo Pazini *et al.* (2019), as cidades enfrentam problemas como ocupação ilegal, exclusão social, falta de áreas verdes, impermeabilização do solo e acessibilidade, tendo em vista que o progresso econômico passa por desafios, dentre eles: oportunidades de trabalho digno, remuneração e geração de riquezas.

Parte desse problema das cidades iniciou a partir de meados da década de 1950, momento em que se intensifica o movimento de modernização da agricultura, o que ocasiona, por sua vez, a diminuição das facilidades de permanência do pequeno produtor rural e, conseqüentemente, o massivo êxodo rural, uma vez que os grandes produtores passaram a receber estímulos advindos de políticas modernizatórias da agricultura, visando a imposição deste novo modelo às custas da marginalização do pequeno produtor (SILVA, 2012).

Tal fato gerou uma “modernização desigual e conservadora” do meio agrícola brasileiro, sendo dada prioridade aos grandes produtores, à exportação da produção e a aplicação de políticas nas áreas mais desenvolvidas do país (GONÇALVES NETO, 1997), o que, na década de 1970, impulsionou a formação dos grandes complexos agroindustriais, removendo a autonomia agrícola, ficando vinculada ao consumo industrial (PRIORI *et al.*, 2012), ocasionando uma diminuição de 49,7% da população rural, entre 1970 e 1991, período em que a população passou a se concentrar, no estado do Paraná, majoritariamente em áreas urbanas (MELO, 2011).

Os conflitos gerados por estas mudanças são sentidos até os dias atuais, como os trabalhadores sem terra, o desemprego no campo, disputas por terras, reivindicações de direitos trabalhistas camponeses e diversos outros. Mesmo após a edição de diversas políticas públicas por parte do governo paranaense a fim de minimizar tais mazelas, não foi possível sua eliminação (PRIORI *et al.*, 2012).

Assim sendo, Hocayen-Da-Silva e Silva (2021, p. 88), destacam que há inúmeros desafios em torno dos objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS, os quais “apontam para a promoção de uma governança pública que atenda, de forma responsável, as demandas sociais, econômicas e ambientais importantes para o planeta”. E, para efetivar as ações traçadas por tais objetivos, é preciso aplicar de forma eficiente e consciente os recursos e o conhecimento, atrelados à pesquisa e inovação.

Segundo Sachs (2000), o emprego decente para toda a população é imprescindível para se conseguir um desenvolvimento sustentável, pois além de proporcionar um rendimento material, dá ao indivíduo um sentido de identidade, ou seja, a consciência de ter um objetivo na vida social, a sensação de estar integrado em uma sociedade. Afinal, o trabalho é o principal meio pelo qual as pessoas satisfazem suas necessidades relacionadas à qualidade de

vida, as quais envolvem: um padrão de vida decente, alimentos suficientes, habitação digna, água potável, saneamento e lazer.

Assim, este estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: Como as ações desenvolvidas por entidade pública representativa do município de Guarapuava, em prol das Feiras, se relacionam com a Agricultura Familiar, o trabalho decente e o desenvolvimento econômico?

Para responder a esse problema, o presente artigo tem como objetivo identificar as Feiras do Município de Guarapuava, no interior do Paraná, e sua relação com a Agricultura Familiar e o ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

Justifica-se este estudo por sua importância em relação à interdisciplinaridade que o mesmo envolve, ao relacionar diversas Secretarias Municipais na execução das referidas ações, além de envolver profissionais das mais variadas áreas, como: nutricionistas, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, educadores etc. Outro fator importante é que o apoio à permanência dos jovens no campo, os incentivos à agricultura familiar podem ser o caminho para o desenvolvimento, à medida que impede que tanto os jovens quanto as famílias migrem para os grandes centros, indo residir em favelas, ou mesmo em situação de extrema pobreza e desemprego, aumentando, assim, os problemas das cidades (SACHS, 2000).

A estrutura desse estudo contempla esta breve introdução, seguida do referencial teórico, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências utilizadas para sua elaboração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor compreensão da temática de pesquisa em questão, serão brevemente fundamentados os temas: Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Trabalho Decente e Crescimento Econômico e Interdisciplinaridade, os quais proporcionam melhor entendimento das experiências vivenciadas no município de Guarapuava, e que serão explanadas no presente estudo.

A Agenda 2030 consiste em um plano de ação extremamente abrangente, para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, visando direcioná-los a um caminho mais sustentável e resiliente, em que todos os países signatários se comprometem a implementá-lo (UNITED NATIONS - UN, 2017). Este documento traz consigo a evidência fundamental acerca da redução de desigualdades em suas diversas formas de manifestação como uma condição para atingir do desenvolvimento sustentável (ONU BRASIL, 2015).

Já os ODS consistem em uma Agenda de caráter ambicioso de desenvolvimento sustentável, visando à integração de empresas, governos e sociedade em busca da preservação das pessoas e do planeta (SILVA, *et al.*, 2021), e é constituída de 169 metas, divididas em 17 áreas temáticas (Figura 1), que reúnem áreas específicas, desenvolvidas com o objetivo de orientar para o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental global, visando compartilhar um desenvolvimento seguro, justo e sustentável em todo o

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-20, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I CISET.

mundo, baseando-se no princípio de que todos os países devem ser responsáveis, em seu papel, na concretização dessa visão, para que sejam eliminadas a discriminação e as desigualdades. (LEAL FILHO *et al.*, 2018).

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: <https://brasil.un.org/> (2021)

Ao se analisar todos os ODS, pode-se constatar uma relação direta entre alguns desses objetivos e a atividade agropecuária e, por conseguinte, a necessidade da adoção de políticas públicas convergentes com tais objetivos, que, por sua vez, demandam grandemente de ações de pesquisa e inovação. Entre eles, destaca-se, o ODS 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (ONU BRASIL, 2015).

Segundo Santos (2018), o trabalho está inserido dentro da agenda 2030 e relaciona-se com os demais objetivos sustentáveis, afinal, juntamente com o trabalho é que vem o sustento da família, o alívio da fome e acesso aos demais serviços. Portanto, o trabalho torna-se uma chave para atingir o bem-estar e a segurança, desde que seja desenvolvido de forma decente.

O conceito de “trabalho decente” foi formalmente estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (1999) e visa transformar o objetivo de promover oportunidades, para que homens e mulheres obtenham trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, justiça, segurança e dignidade humana, sendo considerada condição básica para a superação da pobreza, redução da desigualdade social, garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2016). Nesse caso, o ODS 8 tem uma relação estreita com as cadeias produtivas relacionadas à atividade agrícola, pois elas geram emprego e renda, que impactam diretamente na economia. Dentro do ODS 8 destacam-se três metas mais diretamente relacionadas às atividades agrícolas (ONU BRASIL, 2015):

Meta 8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;

Meta 8.3 – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a

formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

Meta 8.4 – Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

Em geral, o ODS 8 concentra-se em medidas de investimento econômico baseadas em boas práticas e trabalho de desenvolvimento sustentável. Sua implementação é de extrema importância, uma vez que é capaz de promover o desenvolvimento econômico baseado nos direitos humanos e na sustentabilidade. Considerando os retornos positivos do trabalho decente para a sociedade, principalmente no que se refere à manutenção dos recursos naturais e da redução do impacto ambiental, essa abordagem é essencial para o desenvolvimento pleno de um país. Os desafios do desenvolvimento sustentável são inegáveis, principalmente devido à crescente desigualdade não somente internas, mas também entre as nações. Existem enormes diferenças de oportunidades, riqueza e poder. O desemprego é um grande problema, assim como os efeitos negativos dos desastres naturais, esgotamento dos recursos naturais e degradação ambiental (desertificação, seca, degradação do solo, escassez de água doce e perda de biodiversidade, entre outros), colocando em risco a sobrevivência da humanidade e dos sistemas biológicos.

Por sua vez, todo grande desafio traz junto de si grandes oportunidades. Em relação ao ODS 8, as oportunidades se traduzem no desenvolvimento de soluções para novas opções de trabalho relacionadas à sustentabilidade econômica e ambiental. Em suma, é evidenciada, ainda mais, a necessidade de sinergia entre o Estado, a sociedade e o setor privado para buscar constantes melhoras aos direitos dos trabalhadores e de adaptação ao ambiente institucional, a fim de fomentar o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento, trazendo inovação tecnológica, mais oportunidades de emprego e desenvolvimento sustentável. Este conjunto de informações destaca a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável e vai também ao encontro do que se propõe segundo objetivo da Agenda 2030, ou seja, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ONU BRASIL, 2015).

Para guiar o cumprimento desse objetivo pelos países, foram propostas dez metas a serem atingidas, entretanto, neste estudo serão abordadas as ações vinculadas apenas à meta 8.3 “promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno, a formalização, o crescimento de micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação” (IPEA, 2019). Os governos municipais ficam responsáveis, através da Agenda 2030, não só de divulgar os ODS, mas também de estimular seus cidadãos a participar ativamente da realização destes, inserindo os ODS no dia a dia do cidadão (ONU BRASIL, 2015).

Assim sendo, para o desenvolvimento e sucesso do cumprimento destas metas sustentáveis, particularidades regionais devem ser levadas em conta ao **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-20, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I CISET.

elaborar estratégias, ou seja, definir quais são as necessidades das comunidades, elaborar projetos que atendam estas sugestões, mobilizar recursos locais, e assim promover trabalho decente e desenvolvimento econômico sustentável; incluindo recursos, parcerias, espaços, estrutura e promoção de ações (ONU BRASIL, 2015).

Na Agenda 2030, os objetivos aparecem de forma mais integrada, como transversais e indivisíveis, relacionando-se constantemente uns com os outros, sendo, portanto, necessárias políticas públicas que sejam abrangentes, que sejam capazes de transpassar as esferas econômicas, sociais e ambientais (RAEDER; MENEZES, 2019), trazendo à tona as várias facetas do desenvolvimento sustentável. Para tanto, a interdisciplinaridade preceitua a integração de conhecimentos distintos a fim de se obter respostas para questões complexas e sistêmicas que não conseguem ser respondidas separadamente por esses conhecimentos. Nesse sentido, depreende-se que a interdisciplinaridade é inerente ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, à Agenda 2030 (RAEDER; MENEZES, 2019).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se enquadra como qualitativa, pois busca compreender experiências, atitudes e opiniões sob a ótica de atores envolvidos no tocante à agricultura familiar e ao ODS 8, referente ao trabalho decente e o desenvolvimento econômico (CRESWELL, 2010). A pesquisa também possui viés descritivo, pois, segundo Gil (2008), essa consiste no detalhamento das características de determinada população ou fenômeno, no caso, foram apresentadas as ações da Secretaria da Agricultura do Município de Guarapuava frente aos agricultores familiares.

Para a coleta de dados utilizou-se de consulta a documentos públicos cedidos pela prefeitura, tais como o projeto que regulamenta o funcionamento das feirinhas, com a descrição das ações desempenhadas pelo município. E, de forma complementar, em 13 de outubro de 2021 foi realizada uma entrevista semiestruturada com o responsável pelo Projeto de Desenvolvimento Rural do Município, com duração de 41 minutos, a qual foi gravada com autorização prévia do entrevistado. Em seguida, ela foi transcrita por meio do Software *Transkriptor*, totalizando 19 laudas, as quais foram conferidas para certificação de sua veracidade, seguida de leitura, codificação dos temas abordados e o relacionamento destes com a literatura estudada. Foi utilizada a análise de conteúdo para analisar esses materiais, a qual, segundo Bardin (2016, p. 44) representa "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens."

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O município de Guarapuava está situado em uma região com grande produção agrícola, geralmente relacionada à monocultura em grande escala,

visando o lucro que estas proporcionam. O espaço para o pequeno produtor é limitado, e nesta competição, ao ver-se encurralado, pode ser desestimulado a seguir desenvolvendo suas atividades. Mas mesmo diante destes desafios, a cidade possui ações que tentam reverter este quadro, valorizando o cultivo familiar. A feira do produtor, por meio de associações, proporciona formas de comercialização e produção que incentivam estas famílias a continuar no meio rural com dignidade (SCHNEIDER *et al.*, 2017).

O planejamento urbano é necessário para promover a sustentabilidade de uma cidade, equilibrar as dinâmicas que envolvem o município, representar os interesses das mais diversas populações que a compõe e facilitar o processo de evolução. A sustentabilidade, além de seu tripé social, econômico e ambiental, é um caminho para que as cidades continuem sendo habitáveis ao longo do tempo e, para isso, os planos urbanos devem ter uma visão de longo prazo (BENTO *et al.*, 2018).

Para promover a sustentabilidade, a Prefeitura Municipal conta com o “Programa de Desenvolvimento Rural de Guarapuava”, com ações planejadas pela Secretária de Agricultura do Município, que visa atender as necessidades das Famílias dos Agricultores, e do Plano de Governo do Município, tendo, ao mesmo tempo, uma visão holística do processo.

Para tornar efetiva a realização do referido projeto, a Secretária de Agricultura elencou seis prioridades a serem trabalhadas dentro da vigência 2021 a 2024, as quais contemplam: a) a melhoria das estradas rurais; b) o oferecimento de assistência técnica efetiva nas propriedades; c) a diversificação na produção, mais atividades nas propriedades para melhor utilizar a terra, a mão de obra existente, bem como gerar mais renda; d) Agroindustrializar a matéria prima produzida na propriedade agregando valor na produção; e) Comercializar a produção e, f) promover a realização de Turismo Rural.

Dentro dessas prioridades elencadas, atualmente 16 projetos contam com a ação direta da Secretária de Agricultura, a saber: a Produção de pequenas frutas; Produção de ovos caipiras, Agroindústrias familiares (Estímulo de pequenas e médias indústrias Agroindustriais); Produção de Hortifruti; Sanidade animal; PROJETOS SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SISBI-POA/SUASA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Sistema Unificado em Atenção à sanidade Agropecuária); Ovinocultura; Abastecimento de Água, (Poços Artesianos, Rede de Abastecimento), Proteção de Nascentes; Habitação Rural; Pavimentação Rural em Pontos Críticos (Pedras Irregulares e Asfalto); Regularização Fundiária; Trabalho com Mulheres Agricultoras (Gênero e Geração); Mercado do Produtor (Produtos da Terra); e Projetos de Feiras (Feira do Produtor, Feira Solidária e Compre do Produtor). Abordaremos este último como foco principal do presente estudo.

Em uma breve elucidação, as ações da Feira Solidária visam a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, distribuindo-os para as famílias em vulnerabilidade alimentar, através da troca de materiais passíveis de reciclagem, o que permite retirar, do meio ambiente, toneladas de resíduos recicláveis, uma vez que cada 5 kg de material reciclado equivale a 1 kg de

alimento fresco. Este projeto, por sua vez, envolve as Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Assistência Social.

De acordo com Ferreira (2018), o Programa de Coleta Seletiva do Lixo do Município de Guarapuava conta com uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis; com atividades de palestras em escolas públicas e privadas com a finalidade de conscientizar sobre sua importância e incentivar a troca de materiais recicláveis por produtos agrícolas, os quais são produzidos pela agricultura familiar, gerando empregos em vários campos de atuação.

Segundo o entrevistado selecionado para este estudo (2021), a Feira Solidária tem o envolvimento de 96 famílias de agricultores da cidade que entregaram, no último ciclo, cerca de 268 toneladas de alimentos, contendo 18 variedades de produtos e mais de 4.800 dúzias de ovos, que custaram aos cofres públicos o equivalente a R\$ 780.000,00 e que foram suficientes para atender 15 comunidades em 12 bairros, perfazendo 6.678 sacolas. Ou seja, foram atendidas cerca de 120 a 150 pessoas em cada feira, número que já conta com um aumento expressivo para o próximo ciclo:

A gente atendeu doze bairros, agora aumentou mais um bairro. Os produtos entregues na época foram dezoito variedades, agora estamos com vinte e duas.

[...] Tenho uma relação com as unidades rurais, as comunidades rurais produtoras; a própria CARMUG que vai com o caminhãozinho cedido pela Prefeitura, vão buscar a produção lá na propriedade de manhã, e as duas horas da tarde a gente faz a feira nos bairros.

As comunidades rurais produtoras são: Paiquerê, Campo Novo, Campina Bonita, Gramados, Guairacá, São Pedro, Morro Grande, Matinhos, Faxinal dos Fiuzas, Assentamento Rosa, Assentamento Bananas, Assentamento Europa, Assentamento José Dias, Assentamento Treze de novembro, Assentamento Nova Geração, Assentamento Paiol de Telhas, Montalvão, São Sebastião, São José, Jordão, Mato Dentro e Morada Nova. Já os Distritos e Bairros atendidos pela Feira Solidária são: Distrito da Palmeirinha, Distrito do Guará, Distrito de Entre Rios, Vila Abigail, Jardim Colibri, Adão Kaminski, Paz e Bem, Jardim das Américas, Residencial 2000, Morar Melhor, Boqueirão, Xarquinho, São João e Vila Karen.

O entrevistado (2021) relatou que os produtos agrícolas da feirinha têm a seguinte logística de distribuição: a Central de Associações Rurais do Município de Guarapuava – CARMUG, utiliza um caminhão cedido pela Prefeitura Municipal para ir até às comunidades rurais apanhar a produção no campo. Em seguida, se desloca com uma equipe de oito estagiários e o próprio entrevistado, aos bairros contemplados em cada dia da semana. Essa equipe é responsável por recolher e pesar os recicláveis da população; fazer a sacola com os alimentos, entregar as sacolas e, no período da pandemia, o entrevistado, além de vistoriar o trabalho e conversar com a população, também fiscalizou a utilização das máscaras, o uso de álcool em gel e orientou a todos em relação aos cuidados na pandemia.

A gente pede bastante (volume), tem que ter e tem que ter tudo com selo, com tudo certinho, então a gente tá tentando fazer uns projetos certinho para ter mais queijo também na feira, pão, queijo, bolacha,

então vai ser uma feira bem recheada para as pessoas. Então e por isso que a gente está com esses projetos, todos eles se interligam.

Ao término de cada Feira, em caso de sobras de produtos, os mesmos são destinados, em forma de rodízio, via CARMUG, para doações ao Hospital São Vicente de Paulo, ao Albergue, ao SOS, ao Projeto Vidas e Vidas, a diversas Entidades Cadastradas e também a pessoas carentes da cidade, portanto, nada é perdido. Já a Feira do Produtor (e site compre do produtor), tem como objetivo viabilizar a comercialização da Produção dos Produtores, a fim de garantir a oferta regular de produtos de qualidade com preços diferenciados para proporcionar um aumento de renda aos produtores rurais e diversificar as atividades nas unidades produtoras. Os produtores emitem notas fiscaiss, as quais a CAMURG recolhe o FUNRURAL, uma vez que é preciso estar regularizado a fim de prestar contas às autoridades responsáveis. O entrevistado (2021) esclareceu que:

[...] são dois projetos distintos. Lá ali a feira tem o pessoal que tem o presidente da associação das feiras dessas feiras de igrejas que a gente fala, né? Que vai passando de bairro em bairro, [...]. Mas é um projeto distinto, eles trazem o produto deles, embalam e vendem eles mesmo. Por conta própria ali né? Eles também fazem o mesmo produto que a gente faz, eles podem fazer entrega também nas feiras que a gente abre os pontos.

A venda direta ao consumidor traz mais lucro ao pequeno produtor do que ofertar seus produtos em grandes mercados, os quais favorecem somente o capitalismo, não proporcionando condições justas as pequenas produções, como se verifica na fala do entrevistado (2021):

Os pequenos produtores, [...] se for para atender contrato com Superpão eles não conseguem assumir o contrato muito grande [...] os mercados pegavam, mas se sobrar devolve e paga o que só o que vendeu, né? O valor que paga é bem menor do que uma licitação. A gente paga, já foi sabendo os custos que eles têm, o pessoal já faz os cálculos, então a gente paga bem pra eles poderem ter a renda e a gente poder ajudar eles.

Segundo Schneider et al. (2017), nas feiras, há mais chance de construir um vínculo e uma fidelidade com a freguesia, que por sua vez se depara com produtos de qualidade, com menos agrotóxico e conservantes, e ambos, produtor e população, saem ganhando. O entrevistado (2021), comentou ainda sobre a Feira do Lago e a importância de se ter esses programas que auxiliam os pequenos agricultores:

Tem a feira também lá no Parque do Lago, nos domingos prefeitura sede estrutura. Pessoa a pessoa tem que se cadastrar junto a Associação dos Produtores, para saber quem é quem, senão cada um chega lá encosta o carrinho e faz né? Tem que ter tudo uma sequência e a Prefeitura dá essa assistência. Como que você tem que fazer? Ah você tem que vim aqui, tem que se cadastrar, tem que estar lá com o presidente da feira.

Em relação à merenda escolar, o entrevistado (2021), comentou que existe a Lei Nacional nº 11.947, de 2009), referente à licitação para a agricultura familiar, a qual estipula que no mínimo 30% da merenda escolar do

Município e do Estado devem ser adquiridos da agricultura familiar. Segundo ele, no início, na cidade, apenas 5 a 6% da merenda escolar era da agricultura familiar. Em 2017, passou para 30%, e no período da pandemia foi para 60%, sendo que a meta da atual gestão é atingir 100%.

Eles fazem os pedidos [...] sai no edital da merenda do município [...] essa semana eles querem mil quilos de tubérculos, naqueles tubérculos lá tá sei lá: mandioca... daí eles podem dividir pelos agricultores, falar o que você tem? Ah, eu tenho mandioca, ah eu tenho batata... Eles não podem entregar mil quilos só de mandioca. Não, querem diversificar, né?

Outro projeto citado pelo entrevistado (2021), refere-se ao de miniprocessados, o qual favorecerá a economia local através de novas tecnologias e ampliará as possibilidades de vendas dos produtores familiares, os quais atenderão a mais editais públicos, aumentando suas rendas. Esse projeto envolve profissionais qualificados que estão treinando essas famílias, como pode ser visto no trecho a seguir:

Agora estamos fazendo o projeto dos miniprocessados que são para a merenda, no edital agora tem bastante coisa que vai ser mini processada (...) tem que picar couve para trezentos alunos então é pra já comprar couve picadinha. A nutricionista aqui vai dar um curso, e explica como que tem que ser, como que tem que ser embalado, como que tem que ser feito para poder vender no projeto da merenda do município que a CARMUG compra dos produtores para poder entregar para as escolas.

O entrevistado (2021), relatou sobre o Projeto das Panificadoras Comunitárias, o qual conta com o apoio da Prefeitura, que investiu nos equipamentos para as associações e que compra a farinha dos pequenos agricultores para que essas associações produzam os pães e bolachas que serão entregues nas feiras, como se constata em sua fala:

Hoje é feito pedido de pão, de bolacha só para as panificadoras que são comunitárias, que a Prefeitura deu equipamento para as associações, e as associações fazem as panificações. O recurso vai para o agricultor que faz o pão naquela panificadora que é comunitária sabe? Não é só de uma pessoa, a panificadora é de várias pessoas. [...] A bolacha contém a farinha também comprada com pequenos agricultores de Guarapuava, então o dinheiro gira aqui dentro da cidade.

Além das características mencionadas sobre a feira, na entrevista foram identificadas mais quatro categorias temáticas: apoio e incentivo econômico, assistência técnica e capacitações, parcerias e interdisciplinaridade, as quais serão tratadas na sequência.

4.1 Apoio e incentivo econômico

A agricultura familiar é uma importante estratégia para valorizar o pequeno produtor rural. Ele se torna a peça central, tendo um importante papel na produção e diversidade de alimentos ofertados, fugindo das produções em

larga escala que só visam ao lucro, e colocando o produtor como um agente para o desenvolvimento social (SCHNEIDER *et al.*, 2017).

Guarapuava possui cerca de 3403 agricultores rurais, sendo que 78% destes agricultores são familiares, o equivalente a 2.654 agricultores. Isso significa que essa parcela significativa de agricultores utiliza, quase que exclusivamente, da mão de obra familiar e são responsáveis por 75% da produção de alimentos consumidos dentro do município. Desta forma, o objetivo do Programa de Desenvolvimento Rural de Guarapuava, visa contemplar toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização, envolvendo as áreas econômica, social e ambiental, reforçando o conceito inserido na ODS 8 e contemplando vários outros ODS (GUARAPUAVA, 2021).

Na fala do entrevistado, percebe-se a preocupação da manutenção das famílias no campo, com apoio econômico adequado através das feirinhas, evitando assim o êxodo rural, e estimulando a variedade alimentar da qual a cidade também depende:

[...] é um projeto que a prefeitura disponibiliza um valor de fomento e que por mês ela disponibiliza um percentual pra comprar produtos do produtor familiar da nossa cidade [...]. Para ajudar os produtores rurais, né? Tem a nota do produtor, durante o mês ele vai entregando no final do mês é feito o fechamento e no começo do no mês seguinte é pago. Daí a gente precisa manter eles no campo né? Se não quem que vai cuidar? O pessoal compra toda área e começa a plantar soja! E daí? Os alimentos vêm de onde? Então fizemos esse projeto pra segurar.

A agricultura familiar caracteriza-se pela diversificação dos produtos oferecidos pelos pequenos agricultores; este tipo de produção tende a utilizar, para o cultivo da terra, mão de obra proveniente da própria família, não tendo produções em larga escala de uma única cultura (SCHNEIDER *et al.*, 2017). Então, ter uma feira de produtores não só incentiva a produção familiar, como também ajuda a manter estes trabalhadores no campo, proporcionando um trabalho decente, de onde retiram a renda e seu sustento. Ela melhora a inserção do agricultor dentro do competitivo mercado dos centros urbanos.

Ao desenvolver este projeto, as famílias no campo mantêm-se com uma renda decente, o que permite custear seu modo de vida, além de propiciar que o trabalhador rural possa sobreviver do seu trabalho, como citado na entrevista:

[...] aqui nos projetos que a Prefeitura tem como o da merenda escolar ele entrega lá e recebe um valor bem bom que dê pra custear ele, né? E ter como segurar ele no campo. [...] Porque querendo ou não 70% da alimentação que a gente consome é do pequeno agricultor.

Carneiro *et al.* (2018), pontuam que entre as metas da ODS 8 há referência ao desenvolvimento econômico, mas ressalta a importância de como esse desenvolvimento deve ser realizado, não se reduzindo apenas a propiciar lucro, mas observando com que qualidade isso está sendo feito, atendendo as necessidades humanas, protegendo os direitos trabalhistas, e promovendo ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores. Ao protegê-lo, haverá impacto em todos os outros ODS.

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-20, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I CISET.

4.2 Assistência técnica e capacitação

Outro ponto importante citado na entrevista, diz respeito à permanência deste trabalhador no campo, que depende, além do incentivo econômico, também de capacitação e condições para que este desenvolva um produto melhor, que agregue valor e aumente sua diversidade de renda.

O cara compra um sitiozinho um [...] ah eu quero produzir alface [...]. Daí os técnicos falam não produza isso! E mostram os projetos que tem lá 'ó, tem a feira que precisa disso, tem a merenda que precisa'. [...] eles vão lá, fazem análise, [...] que tal você produzir aqui acelga, pode produzir cenoura, que a gente vai ter a garantia que vai ter a compra, e o preço sempre é bom de licitação pra eles, é melhor do que mercado, porque na época da pandemia quando vendiam no mercado, as vezes não pagava o custo deles, de pegar, trazer, né?

A CARMUG faz pedido de doce de morango, os produtores vão lá produzir o doce, o potinho, que daí é o mini industrializado, tem que ter o cursinho, tem que fazer tudo, envolve todo mundo e daí agrega valor naquilo que eles entregam. Então para eles vender por cinco, seis (reais), morango, vender dezoito (reais o pote) agrega muito mais valor.

A assistência técnica é ofertada pela prefeitura, que acompanha todo o processo de produção, tendo assim um controle de qualidade, e uma orientação ao produtor de como obtê-la valorizando seu produto. O preço de venda é estipulado pelo próprio produtor, apenas sendo interferido caso este esteja muito acima dos outros produtores (SCHNEIDER *et al.*, 2017).

4.3 Parcerias

Além destes incentivos econômicos e assistência técnica, as parcerias revelaram-se presentes na fala do entrevistado como pontos de apoio ao pequeno produtor, somando forças para que este se estabeleça comercialmente e também tenha estrutura para manter-se no mercado. Estas parcerias podem vir desde igrejas, cedendo seu espaço para as feiras, como também cooperativas que comprem seu produto, ou programas municipais e estaduais que beneficiem o pequeno produtor, como o da merenda escolar. Estes aspectos estão mencionados no trecho a seguir:

E cada produtor que entrega na merenda do Estado e na merenda do município, tem que ter a DAP que é a declaração da aptidão do produtor e cada um tem o direito de entregar até vinte mil reais por DAP. Se não um produtor grande começa a entregar mais, então é para ajudar todos, né?

Os pequenos produtores necessitam de parcerias, segundo Schneider *et al.* (2017), um exemplo de parceria governamental é o programa de aquisição de alimentos (PAA), que visa a compra de alimentos diretamente do pequeno produtor para utilização em instituições públicas, como acontece na merenda escolar; isto contribui para que aquilo que é produzido na semana seja vendido a um destino certo, gerando uma oferta e procura saudável.

Daí tem a o projeto que é das aves que é da COOMMICRO, que é a cooperativa de ovos aqui sabe? A gente tá aumentando porque só a merenda do município pega em torno de mil e duzentas dúzias por semana e mais a feira solidária.

A Cooperativa Agrária Mista dos Micros e Pequenos Produtores de Guarapuava (COOMMICRO), conforme documento cedido pela Prefeitura, possui o projeto dos ovos, que está sendo ampliado pela Secretaria de Agricultura, pois conforme visto pela mesma, a produção atual não comporta a demanda de aproximadamente 1600 a 1700 dúzias necessárias por semana, já que são utilizados tanto na merenda escolar, como nas feiras. Ou seja, essa é mais uma opção de renda que é oferecida ao pequeno produtor. Outro projeto citado no plano para diversificar a renda em Guarapuava é o da OVINO CULTURA, como citado pelo entrevistado:

Carneiro e um reprodutor que daí vamos dar toda assistência técnica pra ele produzir para vender para COOPERALIANÇA, sabe? Daqui um ano, ter assim: deles pagarem com o próprio animal de daqui dois anos e pagando com animais ou com valor, dependendo tanto fazendo toda a estruturação desse novo projeto de ovinocultura.

As feiras de produtores também são uma forma de auxiliar a legalizar o produto vendido, deixar a informalidade para a geração de emprego formal; isto dá respaldo e fortalece esta categoria de produção familiar, pois, muitas vezes, a regularização para um mercado formal traz oneração e metas difíceis de se atingir quando não há apoio, já que estas são criadas focalizando apenas em grandes corporações alimentícias. Assim, é dada a oportunidade a todos de participar na comercialização de alimentos, de forma legal, sendo possível emitir notas fiscais e proporcionando ao consumidor mais garantias de um produto de qualidade (SCHNEIDER *et al.*, 2017).

Os produtos comercializados são diversos, desde embutidos, até panificação, verduras, legumes, além de artesanatos. Para que todos participem de forma igualitária, os agricultores precisam realizar um cadastro, e com isto começam a participar das escalas de comercialização, tendo a garantia de igualdade na frequência da participação das feiras.

Para o pequeno agricultor, manter-se sozinho no campo, sem apoio econômico, capacitação ou estrutura é um tanto desafiador, é por essa razão que o incentivo precisa vir do município e cooperativas, em ações que fortaleçam esta decisão de permanecer com o trabalho decente embasado na produção de agricultura familiar.

Não basta apenas existir uma agenda de desenvolvimento sustentável pactuada, é necessário refletir onde encontra-se a localização desta dentro das ações dos governos locais e regionais, pois muitas ações decorrem de movimentos efetuados de baixo para cima; e, embora os ODS sejam globais, o seu cumprimento será a nível local, o que gera uma responsabilidade para os governantes municipais estarem atentos e conectados ao que é proposto dentro da sustentabilidade (ONU BRASIL, 2015).

4.4 Interdisciplinaridade

Outro fator importante que deve ser destacado neste estudo é a interdisciplinaridade, que como ressaltam Raeder e Menezes (2019), tem como preceito reunir conhecimentos de áreas distintas a fim de resolver problemas complexos, que não seriam solucionados com apenas um ator, com conhecimento em uma área isolada das demais. Por esse motivo, trabalhar com interdisciplinaridade, no contexto dos objetivos do desenvolvimento sustentável, é uma alternativa que traz planejamentos bem estruturados, como ocorre no desenvolvimento da feirinha do produtor aqui relatada. A preocupação deve estar pautada na produção no campo, até como viabilizar a chegada desta às pessoas:

Cada técnico aqui, fica com uma área específica, assim tem um projeto de pavimentação para as estradas rurais, [...] porque tem que ter estrada para desovar a produção, não adianta fazer tudo e não ter estrada para chegar lá e trazer para cá, principalmente na época que chove aqui [...] então a estrada está sempre em dia com o projeto da Secretaria de Obras ali, sabe?

Durante a entrevista cedida pela Secretaria de Agricultura, e também de posse do projeto cedido pela mesma para consulta, verifica-se a necessidade de vários atores para o desenlace das ações, desde o envolvimento da Prefeitura, associações rurais, cooperativas, como também diferentes profissionais (veterinários, técnicos agrônomos, nutricionistas, consultores financeiros, assistente social), como vemos nas falas a seguir:

[...] é movimento de três secretarias: da agricultura, do meio ambiente e da assistente social. Daí as três secretarias se unem com a verba [...] faz um convênio com a CARMUG que é a central das associações dos produtores rurais de Guarapuava, dos pequenos produtores, né? [...] daí esse dinheiro é depositado numa conta específica para pagar os produtores.

Projeto de ovinocultura, a veterinária que está atendendo, [...] o projeto é [...], eles vão entregar vinte e nove carneiros e um reprodutor; vamos dar toda assistência técnica pra ele produzir para vender para Cooperaliança.

As pessoas precisavam de comida. E os produtores precisavam entregar. Então a gente fez um decreto [...] o Bolsa Família tem mais alto um pouquinho e bem baixo, né? Pegamos aquela última faixa e tipo vinte e cestas por cada bairro, [...] ia nas casas daquelas pessoas que precisavam junto com a assistente social, [...] passava a tarde inteira entregando a verdura para ajudar os produtores e ajudar as pessoas.

O envolvimento da prefeitura e de outros atores sociais vem ao encontro do que é recomendado na Agenda 2030, a qual diz que os desafios são globais, mas que, para superá-los, são necessárias ações locais. Isso quer dizer que o envolvimento da governança em seus vários níveis é fundamental para que as estratégias aconteçam de forma a fortalecer o desenvolvimento sustentável (RAEDER; MENEZES, 2019).

Tem o Márcio que está atendendo ali ele faz a parte de Pronaf, de ajuda para os pequenos agricultores pegarem o recurso do Banco do Brasil, ele faz todo o projeto, tudo só para o pessoal e é tudo de graça assim, sabe? [...] ele faz o projeto, faz tudo para eles irem lá no banco pegar o recurso para poder plantar mais, para poder produzir mais [...].

Esse financiamento, e também o estabelecimento de equipes interdisciplinares para atuar nos projetos, favorecem o desenvolvimento sustentável da cidade; afinal, não basta haver uma política pública, ela precisa ser apoiada financeiramente e ter parceiros que compartilhem experiências, conhecimento e tecnologias (RAEDER; MENEZES, 2019).

Para entender as informações que são recolhidas diante da realidade apresentada, e para tornar estas informações mediadoras de ações concretas, a interdisciplinaridade é essencial. Desta forma, políticas públicas, como essas observadas em Guarapuava, poderão ser cada vez mais coerentes e articuladas, promovendo a inclusão social, principalmente das pessoas em maior vulnerabilidade (RAEDER; MENEZES, 2019).

Ao examinar os pontos principais deste projeto, verifica-se a necessidade de estruturação de recursos humanos capacitados para a execução das ações. Sendo assim, é designada uma equipe Multidisciplinar de técnicos para prestar assistência nas áreas Econômica, Social e Ambiental aos pequenos e médios produtores rurais de Guarapuava, promovendo ações de capacitação tecnológico sustentável; a fim de facilitar o acesso às Políticas Públicas, a financiamentos; e trabalhar na organização de arranjos produtivos integrados, além de outras iniciativas que garantam o desenvolvimento do campo e a qualidade de vida dos produtores e suas famílias.

Além disso, há a importância da participação da sociedade em geral: Schneider *et al.* (2017), destacam a participação de entidades, como as igrejas, que cedem espaço para as feiras acontecerem sem cobrar aluguel do espaço disponibilizado, o que facilita para que a ideia tome forma e continue acontecendo. Todos juntos são capazes de transformar a realidade, e promover um desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar as feiras e as experiências vivenciadas no Município de Guarapuava, no Paraná, referente às ações desempenhadas pela Secretaria da Agricultura em prol da Agricultura Familiar, no tocante ao trabalho decente e ao crescimento econômico. Foi possível apresentar os projetos realizados, identificar comunidades, instituições e profissionais envolvidos, apresentar números de famílias atendidas, de agricultores comprometidos com seu desenvolvimento e de verbas destinadas aos referidos projetos.

Constatou-se evolução das verbas concedidas pela Secretaria da Agricultura para os projetos, assim como o aumento de projetos envolvendo a agricultura familiar. Foi possível, ainda, perceber que os agricultores interessados podem diversificar seus produtos, variando tanto no campo,

envolvendo plantação, hortifruti, por exemplo, como indo além, e produzindo pães, bolachas e miniprocessados. Para tanto, eles têm suporte técnico da Secretaria da Agricultura, envolvendo profissionais qualificados com treinamentos, maquinários, transporte e local para vendê-los.

Os produtores familiares também possuem diversas formas de vender sua produção para ampliar sua renda e manter-se no campo, conseguindo preços melhores e apoio técnico, participando de licitações, como por exemplo, para merenda escolar municipal e estadual, além de atender a feira solidária, a feira do produtor e a feira do lago.

Ao colocar seus produtos para venda, o produtor passa por um processo de qualificação e de certificação, pois muitos produtos precisam de registro, selo e embalagem para serem vendidos, agregando valor em relação àqueles vendidos in natura.

Observando o que foi relatado em relação aos vários atores sociais envolvidos nos projetos desenvolvidos com apoio do poder público municipal, percebe-se a interdisciplinaridade como ferramenta para lidar com situações complexas, que dependem de vários conhecimentos de diversas áreas, como um fator primordial para o compartilhamento de saberes e para o fortalecimento das ações, pois estas perduram ao longo de anos devido às contribuições, tanto da prefeitura, comunidade, como de associações e profissionais. Não teria como o projeto sobreviver sem a atuação destas diversas áreas e setores.

A produção deste conhecimento interdisciplinar com a comunidade decorre de trocas entre os produtores rurais, pessoal técnico, prefeitura e a própria comunidade, buscando soluções para manter o pessoal no campo com trabalho decente, com uma renda digna, de modo que traga, assim, benefícios a comunidade. Esta troca entre campo e cidade tem sido profícua, beneficiando quem produz, e quem recebe estes alimentos, o que envolve programas sociais, as pessoas com baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico, merenda escolar, além de propiciar uma especialização melhor para quem vive da renda familiar rural.

Esta especialização e desenvolvimento comunitário são revertidas ao próprio município, através do desenvolvimento econômico destas famílias, que de uma forma sustentável, conseguem se manter produzindo e agregando valor aos produtos que comercializam, além de auxiliar também nas questões sociais de outras famílias, como é o caso da feirinha que atende ao público de catadores ecológicos; o que permite contemplar, assim, as metas abordadas neste trabalho previstas na ODS 8.

A divulgação de experiências exitosas para promoção da Agenda 2030 contribui para um desenvolvimento sustentável, visto que estas práticas poderão servir de exemplo a outros municípios que enfrentam desafios semelhantes da manutenção da agricultura familiar no campo. A geração de renda através do trabalho decente, e o incentivo ao desenvolvimento econômico no campo, impactam em mais de um objetivo sustentável, desta maneira, a discussão e exposição desta temática é de suma importância para incentivar ações aplicáveis que realmente contribuam para o cumprimento da Agenda 2030.

Este estudo teve como limitações o fato de só ter sido entrevistado o responsável pela Secretaria da Agricultura do Município, não ouvindo os agricultores, nem a população atendida pelas feirinhas. Isso ocorreu em virtude do tempo limitado para sua execução, a qual também transcorreu durante a pandemia de COVID-19.

Assim sendo, sugere-se que novos estudos sejam realizados, abrangendo um número maior de participantes, para que seja possível ter uma visão ampliada dos projetos aqui relatados, identificando possíveis ajustes e melhorias, contribuindo para que novas comunidades possam ser beneficiadas. Também podem ser realizados estudos em outros municípios, estados e até países que sirvam de exemplo, para que seja possível, cada vez mais, melhorar e ampliar o atendimento aos agricultores familiares a fim de que os mesmos permaneçam no campo, com qualidade de vida e rentabilidade, pois só assim se conquistará a sustentabilidade. Além disso, poderá também ser realizado um estudo quantitativo, o qual possibilitará análises estatísticas mais robustas, permitindo maiores generalizações.

REFERÊNCIAS

- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 01/08/21.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, S. C. et al. As novas diretrizes e a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. **Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 469-488, set./dez. 2018 470. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/geas.v7i3.1342>>. E-ISSN: 2316-9834. Acesso em: 30/11/21.
- CARNEIRO G.S.Q; *et al.* A Agenda 2030 da ONU BRASIL: Uma análise do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho Decente e Crescimento. **Anais... EIICS – Evento Interinstitucional de Iniciação Científica, UniSecal** (Ponta Grossa – PR), 2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, Artmed, 2010.
- FERREIRA, A. Gestão de resíduos sólidos urbanos em municípios do Paraná. **Revista Eletrônica Capital Científico**, v. 16, n. 2, maio/ago. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GUARAPUAVA. **Plano de Desenvolvimento Rural 2021-2024**. Secretaria da Agricultura. Guarapuava/Pr, 2021.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; SILVA, A. H. da. Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Desenvolvimento em Questão**, 19 (54), p. 83-103, 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil). **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Livraria Ipea, 2019.

LEAL FILHO, W. et al. Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG). **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 25, n. 2, p. 131–142, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13504509.2017.1342103>>. Acesso em: 18/10/21.

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do Programa Vilas Rurais no norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.

ONU BRASIL BRASIL. **17 Objetivos para transformar o Mundo**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 21/06/21.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU BRASIL). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Nova Iorque, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente**. 1999. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente>>. Acesso em: 22/06/21.

PAZINI, M. H.; et al. Gestão de resíduos sólidos urbanos em Guarapuava-Paraná. **Ambiência**, 15, p. 94-111, 2019.

PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A modernização do campo e o êxodo rural**. pp. 115-127. ISBN 978-85-7628-587-8.

RAEDER, S.T. O; MENEZES, P.M. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas**. Brasília – DF, v. 24, n. 49, p. 9-28, jul.-dez. 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, P. L. Trabalho intermitente: uma análise à luz do direito fundamental ao trabalho digno. 2018. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)** —Universidade de Brasília, Brasília, 2018

SCHNEIDER, M.; et al. Feiras do produtor rural: Importância, Diversidade e sua relação com a agricultura familiar de Guarapuava. **Anais... VIII SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. ISSN:1980-4555. 2017.

SILVA, M. M. da. **Lazer e saúde:** A dança circular no processo terapêutico da saúde mental. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) - Universidade Federal de Santa Catarina – SC.

SILVA, E. A. M. et al. Cooperativismo financeiro e desenvolvimento sustentável: A aplicação do sétimo princípio cooperativista – Interesse pela comunidade – Cresol Vale Europeu. **Revista Pegada**, 22 (2): 232-262, Maio-Agosto/2021. Recuperado em 20 dez. 2021, de:
<https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Artigo-publicado_8471-33075-1-PB.pdf>.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution 71/313:** Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 Agenda for Sustainable Development. GA Index: A/RES/71/313, 10 de julho de 2017. Disponível em <<https://undocs.org/A/RES/71/313>>. Acesso em: 18/10/21.

VIANTE, M. F., *et al.* Sustainable Cities: Guarapuava – Paraná Case. **Anais... XXIV SEMEAD** – Seminários em Administração. 2021.